

INDICADORES TERRITORIAIS

INDICADORES REGIONAIS

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2004-2017)

Nesta seção são apresentadas algumas variáveis que expressam a evolução do Programa Bolsa Família (PBF) no período 2004-2017. O referido programa, criado em 2004, incorporou o Bolsa Escola e outros programas, como Bolsa Alimentação, centralizando a administração e ampliando os dispositivos de transferência de renda direta do governo federal. O PBF, assim como os programas anteriores de transferência de renda, partiu da constatação de que os níveis de pobreza da população brasileira não apresentaram nenhuma redução significativa desde o século XX. Nesse contexto, emerge a visão de que a política pública teria um papel crucial em prevenir, enfrentar e mitigar a situação de pobreza das famílias.

Como mostra a tabela 1, no quadro geral o Brasil apresentou um total de transferências de R\$ 29.046.112.934 em 2017, sendo que o crescimento entre 2004 e 2017 foi de 273%. O ápice das transferências foi de R\$ 32.924.435.234 em 2014; no entanto, nos anos seguintes, em meio à crise econômica, a trajetória de crescimento não foi sustentada.

Em termos regionais, a macrorregião que apresentou maior aumento no total dos benefícios foi a região Norte, com 523% entre 2004 e 2017, seguida pelas regiões Centro-Oeste e Sudeste, com taxas de crescimento de, respectivamente, 374% e 303%. Em cada uma dessas regiões há Unidades da Federação (UFs) que cresceram no período a taxas significativamente superiores à média nacional e da região. Esse é o caso do Amapá, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, que cresceram, respectivamente, 912%, 856% e 417%.

O Nordeste, que historicamente apresenta dificuldades na redução dos níveis de pobreza, muito embora tenha apresentado uma taxa de crescimento de 241%, foi a região que recebeu o maior porte de transferências do PBF. Como demonstrado na tabela 2, nos anos de 2004 a 2017, mais de 50% dos recursos foram destinados à região, principalmente aos estados da Bahia (13,3%), do Maranhão (8,3%) e de Pernambuco (8,2%).

Por outro lado, o Centro-Oeste e a região Sul do país foram as que apresentaram, ao longo do período 2004-2017, a menor participação no total das transferências do programa. A região Sul destaca-se ao apresentar a menor taxa de crescimento dos benefícios (128%) e queda na absorção no montante dos recursos no PBF (-3.5 pontos percentuais – p.p.).

No que toca ao total de beneficiários do programa, a sua trajetória assemelha-se àquela apresentada pelo total das transferências. De maneira geral, o Brasil apresentou evolução no número de famílias beneficiadas até 2014; contudo, no período posterior essa trajetória não foi sustentada. Como mostra a tabela 3, entre 2004 e 2014 o contingente de famílias beneficiadas pelo programa no mês de dezembro saiu de 6.571.839 para 14.003.441, um aumento de 113%. No entanto, em 2017 o número de famílias inseridas no programa foi para 13.828.609.

TABELA 1

Valor transferido às famílias beneficiadas pelo PBF (2004-2017)

(Em R\$ 1.000)

Regiões	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Norte	665.925,52	952.966,70	1.379.668,27	1.707.098,63	1.996.744,95	2.315.523,81	2.607.289,26	3.005.561,00	3.654.170,11	4.160.137,03	4.441.373,32	4.125.424,44	4.121.764,75	4.152.852,54
Rorônia	51.319,47	87.995,32	120.708,84	144.932,19	162.031,76	191.428,11	206.175,84	219.044,28	247.283,38	259.102,91	254.148,65	217.149,25	182.478,80	154.803,12
Acre	40.029,19	51.081,83	72.531,22	85.362,60	102.931,82	114.834,90	119.606,04	128.825,76	179.108,70	228.019,51	256.661,46	244.515,05	254.845,24	260.853,78
Amazonas	138.434,94	200.968,07	288.221,23	347.241,30	412.837,64	485.217,36	558.488,12	654.540,86	808.524,08	934.286,82	1.015.635,60	953.171,09	976.045,71	1.015.626,20
Roraima	17.129,04	24.918,32	41.323,60	51.852,82	63.113,98	78.311,24	84.587,71	99.374,22	111.924,20	119.805,19	124.598,72	116.504,67	116.452,46	112.091,88
Pará	332.584,07	474.829,58	696.074,51	869.194,71	1.005.886,90	1.163.718,66	1.323.919,04	1.539.560,96	1.875.937,64	2.137.150,08	2.297.208,67	2.141.724,57	2.147.091,72	2.172.358,46
Amapá	16.492,33	17.733,15	27.968,02	53.266,68	74.327,51	85.665,71	92.681,37	112.860,63	132.639,73	147.227,27	152.375,56	147.287,70	155.202,54	167.055,91
Tocantins	69.936,49	95.440,44	132.840,85	155.248,33	175.615,34	196.347,83	221.831,14	251.354,29	298.752,38	334.545,25	340.744,66	305.072,11	289.648,29	270.063,20
Nordeste	4.454.534,87	5.785.730,97	7.422.431,88	8.522.543,36	9.607.014,82	10.696.664,83	11.664.914,67	12.989.711,31	14.824.249,16	16.688.342,30	17.100.426,69	15.699.380,14	15.262.984,11	15.228.079,56
Maranhão	557.466,01	724.514,82	1.015.740,26	1.196.051,91	1.363.288,49	1.537.807,92	1.675.466,90	1.872.102,89	2.166.457,38	2.527.672,33	2.636.122,61	2.439.204,67	2.381.399,36	2.412.820,78
Piauí	321.712,81	390.977,44	500.297,99	576.340,60	642.588,74	705.525,21	761.017,02	850.516,17	971.402,18	1.163.962,69	1.198.878,79	1.105.825,76	1.084.012,36	1.073.289,08
Ceará	818.718,48	1.007.345,60	1.223.870,09	1.349.220,23	1.515.712,99	1.642.555,73	1.806.709,03	2.013.444,79	2.295.858,12	2.543.767,19	2.567.151,01	2.320.981,98	2.211.751,58	2.181.953,83
Rio Grande do Norte	249.405,29	316.061,57	389.234,85	438.462,28	490.193,50	538.994,78	590.343,48	646.822,91	741.168,68	821.806,89	839.805,42	766.176,06	736.748,43	719.679,67
Paraíba	369.515,71	465.705,47	564.943,84	638.582,35	714.917,88	777.345,99	815.324,85	914.931,72	1.055.927,75	1.213.317,78	1.285.039,85	1.201.698,32	1.191.186,74	1.180.933,01
Pernambuco	623.156,48	858.020,53	1.126.955,98	1.340.025,20	1.537.551,21	1.731.784,05	1.870.711,74	2.117.786,23	2.355.749,24	2.579.569,95	2.628.740,83	2.407.031,57	2.351.696,64	2.374.111,33
Alagoas	282.265,60	364.453,09	447.050,39	520.577,16	597.729,11	681.134,51	742.981,96	829.540,99	934.126,30	1.032.762,58	1.055.491,90	954.473,84	879.160,41	880.053,95
Sergipe	140.558,43	201.632,28	262.237,87	295.505,17	326.449,21	371.588,52	419.433,47	477.535,94	556.679,55	607.702,54	624.658,72	564.561,02	540.108,56	541.722,82
Bahia	1.091.736,07	1.457.020,17	1.892.100,60	2.167.778,48	2.418.603,69	2.709.928,12	2.982.926,23	3.267.029,69	3.746.879,96	4.197.780,35	4.264.537,56	3.939.426,92	3.886.920,03	3.863.515,09
Sudeste	1.690.321,09	2.753.893,35	3.418.091,69	3.822.100,51	4.214.251,06	4.724.598,09	5.040.962,11	5.904.345,74	6.800.274,49	7.457.835,92	7.634.816,59	7.102.034,26	6.891.122,37	6.812.594,45
Minas Gerais	786.866,35	1.200.316,19	1.414.166,06	1.491.295,33	1.592.952,54	1.704.969,25	1.830.045,03	2.078.804,32	2.385.686,26	2.531.778,17	2.526.600,38	2.273.331,03	2.147.572,18	2.076.481,56
Espírito Santo	108.799,81	190.655,36	229.268,45	253.479,72	274.509,44	293.713,99	305.069,04	348.819,90	392.619,74	407.639,84	404.237,90	365.787,02	347.056,06	323.442,73
Rio de Janeiro	168.007,19	350.037,56	508.882,34	649.726,82	798.697,35	1.005.719,49	1.143.936,77	1.319.041,03	1.585.627,52	1.807.750,80	1.876.271,61	1.726.423,45	1.634.953,65	1.606.282,60
São Paulo	626.647,75	1.012.884,23	1.265.774,83	1.427.598,64	1.548.091,73	1.720.195,36	1.761.911,27	2.157.680,49	2.436.340,97	2.710.667,11	2.827.706,69	2.736.497,75	2.761.540,48	2.806.387,56

(Continua)

(Continuação)

Regiões	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sul	691.782,02	1.079.692,04	1.265.331,96	1.312.222,30	1.359.547,48	1.565.369,77	1.687.318,53	1.872.820,46	2.087.099,40	2.156.660,34	2.106.561,12	1.863.220,31	1.713.237,70	1.577.902,02
Paraná	280.843,79	468.845,20	544.010,08	555.830,32	565.489,14	659.780,46	716.919,55	795.813,78	866.323,39	872.418,76	844.237,89	748.540,09	701.063,99	654.542,53
Santa Catarina	109.308,04	157.014,93	174.448,46	180.129,28	185.921,86	212.425,38	225.537,03	251.083,71	292.038,94	308.964,81	301.098,26	267.016,35	243.007,14	228.290,12
Rio Grande do Sul	301.630,18	453.831,92	546.873,41	576.262,70	608.136,49	693.163,93	744.861,95	825.922,97	928.737,07	975.276,77	961.224,97	847.663,87	769.166,56	695.069,37
Centro-Oeste	268.694,56	464.852,78	661.671,47	772.842,00	848.803,14	990.388,31	1.110.598,26	1.309.726,05	1.508.613,28	1.610.883,47	1.641.257,51	1.465.863,88	1.358.008,67	1.274.684,36
Matto Grosso do Sul	49.870,81	77.856,92	129.935,44	150.350,03	165.942,18	190.116,47	211.475,19	249.502,20	290.830,52	317.120,82	331.812,31	296.252,97	278.757,69	256.968,63
Matto Grosso	70.122,16	133.213,61	164.034,88	179.774,00	194.465,74	236.507,39	271.286,12	314.610,23	369.685,45	397.768,57	410.640,68	366.742,30	333.873,50	307.513,75
Goiás	119.359,95	206.757,18	280.336,80	335.547,55	377.385,74	442.525,70	512.888,30	602.749,87	687.401,54	719.605,19	720.040,86	639.346,08	590.438,03	558.471,39
Distrito Federal	29.341,74	47.025,08	87.364,36	107.170,41	111.009,48	121.238,75	114.948,65	142.863,75	160.695,77	176.388,90	178.763,66	163.522,53	154.939,45	151.730,59
Total do Bolsa Família	7.771.258,06	11.037.135,84	14.147.195,26	16.136.806,80	18.026.361,46	20.292.544,81	22.111.082,84	25.082.164,56	28.874.406,44	32.073.859,06	32.924.435,23	30.255.923,02	29.347.117,60	29.046.112,93

Fonte: IMDs.

Obs.: Valores deflacionados pelo IPCA-IBGE a preços de 2017.

TABELA 2

Participação das regiões e UFs no valor transferido às famílias beneficiadas pelo PBF (2004-2017)

(Em %)

Regiões	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Norte	8,6	8,6	9,8	10,6	11,1	11,4	11,8	12,0	12,7	13,0	13,5	13,6	14,0	14,3
Rondônia	0,7	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7	0,6	0,5
Acre	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,6	0,7	0,8	0,8	0,9	0,9
Amazonas	1,8	1,8	2,0	2,2	2,3	2,4	2,5	2,6	2,8	2,9	3,1	3,2	3,3	3,5
Roraima	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Pará	4,3	4,3	4,9	5,4	5,6	5,7	6,0	6,1	6,5	6,7	7,0	7,1	7,3	7,5
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6
Tocantins	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9
Nordeste	57,3	52,4	52,5	52,8	53,3	52,7	52,8	51,8	51,3	52,0	51,9	51,9	52,0	52,4
Maranhão	7,2	6,6	7,2	7,4	7,6	7,6	7,6	7,5	7,5	7,9	8,0	8,1	8,1	8,3
Piauí	4,1	3,5	3,5	3,6	3,6	3,5	3,4	3,4	3,4	3,6	3,6	3,7	3,7	3,7
Ceará	10,5	9,1	8,7	8,4	8,4	8,1	8,2	8,0	8,0	7,9	7,8	7,7	7,5	7,5
Rio Grande do Norte	3,2	2,9	2,8	2,7	2,7	2,7	2,7	2,6	2,6	2,6	2,6	2,5	2,5	2,5
Paraíba	4,8	4,2	4,0	4,0	4,0	3,8	3,7	3,6	3,7	3,8	3,9	4,0	4,1	4,1
Pernambuco	8,0	7,8	8,0	8,3	8,5	8,5	8,5	8,4	8,2	8,0	8,0	8,0	8,0	8,2
Alagoas	3,6	3,3	3,2	3,2	3,3	3,4	3,4	3,3	3,2	3,2	3,2	3,2	3,0	3,0
Sergipe	1,8	1,8	1,9	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,8	1,9
Bahia	14,0	13,2	13,4	13,4	13,4	13,4	13,5	13,0	13,0	13,1	13,0	13,0	13,2	13,3
Sudeste	21,8	25,0	24,2	23,7	23,4	23,3	22,8	23,5	23,6	23,3	23,2	23,5	23,5	23,5
Minas Gerais	10,1	10,9	10,0	9,2	8,8	8,4	8,3	8,3	8,3	7,9	7,7	7,5	7,3	7,1
Espírito Santo	1,4	1,7	1,6	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,2	1,2	1,2	1,1
Rio de Janeiro	2,2	3,2	3,6	4,0	4,4	5,0	5,2	5,3	5,5	5,6	5,7	5,7	5,6	5,5
São Paulo	8,1	9,2	8,9	8,8	8,6	8,5	8,0	8,6	8,4	8,5	8,6	9,0	9,4	9,7
Sul	8,9	9,8	8,9	8,1	7,5	7,7	7,6	7,5	7,2	6,7	6,4	6,2	5,8	5,4
Paraná	3,6	4,2	3,8	3,4	3,1	3,3	3,2	3,2	3,0	2,7	2,6	2,5	2,4	2,3
Santa Catarina	1,4	1,4	1,2	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8
Rio Grande do Sul	3,9	4,1	3,9	3,6	3,4	3,4	3,4	3,3	3,2	3,0	2,9	2,8	2,6	2,4
Centro-Oeste	3,5	4,2	4,7	4,8	4,7	4,9	5,0	5,2	5,2	5,0	5,0	4,8	4,6	4,4
Mato Grosso do Sul	0,6	0,7	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9
Mato Grosso	0,9	1,2	1,2	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1
Goiás	1,5	1,9	2,0	2,1	2,1	2,2	2,3	2,4	2,4	2,2	2,2	2,1	2,0	1,9
Distrito Federal	0,4	0,4	0,6	0,7	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Total do Bolsa Família	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MDS.

Obs.: Valores deflacionados pelo IPCA-IBGE a preços de 2017.

TABELA 3

Número de famílias beneficiadas pelo PBF no mês de dezembro (2004-2017)

Regiões	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Norte	527.652	697.644	1.023.507	1.081.636	1.075.885	1.285.567	1.348.329	1.476.927	1.574.868	1.655.676	1.681.599	1.683.026	1.685.137	1.725.874
Rorônia	54.942	68.343	94.953	97.270	92.914	116.211	114.112	112.976	117.806	117.832	114.170	105.855	93.533	83.334
Acre	28.851	38.908	53.404	57.354	55.037	62.600	59.779	56.256	70.769	78.050	78.561	80.803	82.795	86.076
Amazonas	104.135	147.266	204.075	216.487	222.542	263.064	278.893	307.276	332.516	358.836	358.516	362.009	370.487	386.832
Roraima	14.522	17.583	31.850	32.344	33.622	41.201	42.213	45.574	47.303	46.713	48.104	46.814	47.224	43.430
Pará	259.641	337.694	506.444	532.755	528.997	635.204	680.804	772.279	813.367	860.572	887.426	890.127	898.914	931.009
Amapá	10.256	11.429	26.244	38.505	39.191	44.678	44.096	50.831	53.417	53.608	55.527	60.768	62.371	69.704
Tocantins	55.305	76.421	106.537	106.921	103.582	122.609	128.432	131.735	139.690	140.065	139.295	136.650	129.813	125.489
Nordeste	3.320.446	4.245.574	5.442.567	5.573.605	5.445.428	6.207.633	6.454.764	6.825.678	7.049.046	7.033.597	7.099.673	6.936.407	6.808.782	6.999.929
Maranhão	380.742	532.126	706.878	737.539	729.610	846.345	871.297	919.975	951.611	962.011	985.136	952.131	951.942	982.450
Piauí	217.931	284.297	366.906	368.612	360.622	413.867	420.392	444.699	455.182	451.195	456.811	443.346	435.418	444.635
Ceará	572.730	742.454	882.220	891.418	870.153	947.720	1.022.259	1.076.628	1.107.009	1.095.316	1.089.813	1.075.853	1.042.087	1.041.377
Rio Grande do Norte	190.116	240.828	298.643	302.720	292.522	321.710	338.424	349.608	364.751	361.550	362.805	356.405	343.838	345.007
Paraíba	273.135	337.001	406.904	416.863	410.707	444.729	450.525	487.803	506.234	506.450	524.967	506.704	502.914	514.017
Pernambuco	518.956	633.500	860.546	905.919	881.591	1.035.989	1.045.268	1.115.981	1.151.313	1.147.423	1.150.879	1.116.657	1.096.314	1.154.573
Alagoas	214.726	253.745	339.921	351.402	347.585	395.459	414.112	425.094	436.270	438.656	439.655	418.405	396.054	405.105
Sergipe	113.147	154.332	189.304	187.470	179.875	220.175	230.418	253.124	268.330	270.941	281.231	269.296	267.362	278.772
Bahia	838.963	1.067.291	1.391.245	1.411.662	1.372.763	1.581.639	1.662.069	1.752.766	1.808.346	1.800.055	1.808.376	1.797.610	1.772.853	1.833.993

(Continua)

(Continuação)

Regiões	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sudeste	1.730.675	2.325.379	2.875.677	2.848.034	2.637.339	3.105.229	3.185.843	3.303.386	3.442.625	3.598.035	3.487.940	3.618.096	3.513.971	3.573.974
Minas Gerais	756.335	998.011	1.128.261	1.080.823	992.739	1.117.946	1.135.715	1.159.259	1.197.240	1.177.574	1.143.020	1.119.274	1.061.912	1.058.121
Espírito Santo	120.911	160.836	191.421	187.927	171.419	190.428	189.983	192.322	201.274	201.671	190.049	194.552	180.737	167.790
Rio de Janeiro	196.330	302.733	441.667	494.051	498.378	658.726	685.301	735.821	789.827	852.237	827.847	849.412	804.641	812.699
São Paulo	657.099	863.799	1.114.328	1.085.233	974.803	1.138.129	1.174.844	1.215.984	1.254.284	1.366.553	1.327.024	1.454.858	1.466.681	1.535.364
Sul	700.661	987.062	1.027.439	956.129	853.526	1.095.986	1.064.068	1.037.607	1.060.356	1.030.254	979.603	959.567	872.624	853.560
Paraná	308.754	447.186	452.172	410.885	367.247	482.335	466.607	445.208	449.794	430.182	406.918	400.103	370.796	369.533
Santa Catarina	101.247	141.744	139.098	134.704	118.648	150.685	143.700	140.961	147.043	144.651	137.970	131.525	122.594	119.702
Rio Grande do Sul	290.660	398.132	436.169	410.540	367.631	462.966	453.761	451.438	463.519	455.421	434.715	427.939	379.234	364.325
Centro-Oeste	292.405	444.786	596.620	583.672	545.818	676.500	725.216	717.897	775.260	768.637	754.626	739.695	689.062	675.272
Mato Grosso do Sul	32.588	85.098	114.876	112.212	102.433	127.768	132.887	134.697	142.249	147.021	145.224	142.530	131.258	126.263
Mato Grosso	82.116	118.663	136.495	132.798	121.703	166.456	167.693	172.094	184.686	188.003	186.272	179.646	164.105	161.477
Goiás	135.758	186.866	259.524	260.368	245.268	305.949	326.084	333.515	348.375	340.341	336.606	323.558	306.444	308.326
Distrito Federal	41.943	54.159	85.725	78.294	76.414	76.327	98.552	77.591	99.950	93.272	86.524	93.961	87.255	79.206
Total do Bolsa Família	6.571.839	8.700.445	10.965.810	11.043.076	10.557.996	12.370.915	12.778.220	13.361.495	13.902.155	14.086.199	14.003.441	13.936.791	13.569.576	13.828.609

Fonte: MDS.

No aspecto regional, a macrorregião que mostrou maior evolução no número de famílias beneficiadas foi a região Norte, com 227% entre 2004 e 2017, seguida pelas regiões Centro-Oeste e Nordeste, com crescimento de 131% e 111%, respectivamente. Em cada uma dessas regiões há estados que se destacam pela taxa de crescimento acima da média do Brasil e da região. Esse é o caso do Amapá (579%), de Mato Grosso do Sul (287%) e do Maranhão (158%).

A região Nordeste, assim como no valor total das transferências, é a região que possui a maior participação no total das famílias beneficiadas pelo PBF, superando, na maioria dos anos, mais da metade dos beneficiados, como mostra a tabela 4. Por outro lado, o Centro-Oeste destaca-se ao longo do período, ao apresentar o menor contingente de famílias beneficiadas, não ultrapassando, ao longo do período, 6% do total do Brasil.

A região Sul foi a que apresentou redução na participação no total de famílias beneficiadas de maneira mais significativa entre 2004 e 2017 (4,49 p.p.). Por contraste, a região Norte foi a que mostrou maior ampliação (4,45 p.p.), comportamento esse análogo à participação no total dos recursos transferidos.

Em suma, é possível observar que, ao longo dos anos de atuação do PBF, houve ampliação tanto no montante dos benefícios quanto no número de famílias beneficiadas, processo esse que se manifesta em todas as regiões e UFs, ainda que em intensidades diferentes. O Nordeste, que historicamente apresenta dificuldades na redução dos níveis de pobreza, foi a região na qual a atuação do programa revelou-se de forma mais evidente. A região Norte, que apresenta desafios semelhantes, tem apresentado o avanço mais significativo da atuação do programa entre as regiões, o que indica que o PBF está atuando de fato em regiões que apresentam problemas no enfrentamento da pobreza. Ademais, é preciso atentar não apenas para a importância do PBF de prevenir, enfrentar e reduzir a situação de pobreza das famílias no Brasil, mas também para o fluxo de renda que o programa exerce nessas regiões, o que abre possibilidade de mitigar, em alguma medida, os desequilíbrios regionais.

TABELA 4

Participação das regiões e UFs no número de famílias beneficiadas pelo PBF no mês de dezembro (2004-2017)

(Em %)

Regiões	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Norte	8,0	8,0	9,3	9,8	10,2	10,4	10,6	11,1	11,3	11,8	12,0	12,1	12,4	12,5
Rondônia	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,6
Acre	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Amazonas	1,6	1,7	1,9	2,0	2,1	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5	2,6	2,6	2,7	2,8
Roraima	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Pará	4,0	3,9	4,6	4,8	5,0	5,1	5,3	5,8	5,9	6,1	6,3	6,4	6,6	6,7
Amapá	0,2	0,1	0,2	0,3	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5
Tocantins	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9

(Continua)

(Continuação)

Regiões	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nordeste	50,5	48,8	49,6	50,5	51,6	50,2	50,5	51,1	50,7	49,9	50,7	49,8	50,2	50,6
Maranhão	5,8	6,1	6,4	6,7	6,9	6,8	6,8	6,9	6,8	6,8	7,0	6,8	7,0	7,1
Piauí	3,3	3,3	3,3	3,3	3,4	3,3	3,3	3,3	3,3	3,2	3,3	3,2	3,2	3,2
Ceará	8,7	8,5	8,0	8,1	8,2	7,7	8,0	8,1	8,0	7,8	7,8	7,7	7,7	7,5
Rio Grande do Norte	2,9	2,8	2,7	2,7	2,8	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,5	2,5
Paraíba	4,2	3,9	3,7	3,8	3,9	3,6	3,5	3,7	3,6	3,6	3,7	3,6	3,7	3,7
Pernambuco	7,9	7,3	7,8	8,2	8,3	8,4	8,2	8,4	8,3	8,1	8,2	8,0	8,1	8,3
Alagoas	3,3	2,9	3,1	3,2	3,3	3,2	3,2	3,2	3,1	3,1	3,1	3,0	2,9	2,9
Sergipe	1,7	1,8	1,7	1,7	1,7	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	2,0	2,0
Bahia	12,8	12,3	12,7	12,8	13,0	12,8	13,0	13,1	13,0	12,8	12,9	12,9	13,1	13,3
Sudeste	26,3	26,7	26,2	25,8	25,0	25,1	24,9	24,7	24,8	25,5	24,9	26,0	25,9	25,8
Minas Gerais	11,5	11,5	10,3	9,8	9,4	9,0	8,9	8,7	8,6	8,4	8,2	8,0	7,8	7,7
Espírito Santo	1,8	1,8	1,7	1,7	1,6	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,2
Rio de Janeiro	3,0	3,5	4,0	4,5	4,7	5,3	5,4	5,5	5,7	6,1	5,9	6,1	5,9	5,9
São Paulo	10,0	9,9	10,2	9,8	9,2	9,2	9,2	9,1	9,0	9,7	9,5	10,4	10,8	11,1
Sul	10,7	11,3	9,4	8,7	8,1	8,9	8,3	7,8	7,6	7,3	7,0	6,9	6,4	6,2
Paraná	4,7	5,1	4,1	3,7	3,5	3,9	3,7	3,3	3,2	3,1	2,9	2,9	2,7	2,7
Santa Catarina	1,5	1,6	1,3	1,2	1,1	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9
Rio Grande do Sul	4,4	4,6	4,0	3,7	3,5	3,7	3,6	3,4	3,3	3,2	3,1	3,1	2,8	2,6
Centro-Oeste	4,4	5,1	5,4	5,3	5,2	5,5	5,7	5,4	5,6	5,5	5,4	5,3	5,1	4,9
Mato Grosso do Sul	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9
Mato Grosso	1,2	1,4	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2
Goiás	2,1	2,1	2,4	2,4	2,3	2,5	2,6	2,5	2,5	2,4	2,4	2,3	2,3	2,2
Distrito Federal	0,6	0,6	0,8	0,7	0,7	0,6	0,8	0,6	0,7	0,7	0,6	0,7	0,6	0,6
Total do Bolsa Família	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MDS.

INDICADORES SOCIAIS E METROPOLITANOS

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS) E SUAS DESAGREGAÇÕES POR SEXO, COR E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NAS REGIÕES METROPOLITANAS (RMs) BRASILEIRAS

TABELA 1
IVS nas RMs brasileiras (Pnad)

Regiões	IVS				
	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	0,266	0,249	0,245	0,243	0,248
RM Belém	0,287	0,271	0,309	0,270	0,246
RM Fortaleza	0,279	0,259	0,272	0,280	0,290
RM Recife	0,289	0,297	0,324	0,294	0,336
RM Salvador	0,317	0,313	0,320	0,277	0,268
RM Belo Horizonte	0,276	0,259	0,246	0,253	0,246
RM Rio de Janeiro	0,278	0,268	0,266	0,270	0,274
RM São Paulo	0,255	0,250	0,246	0,249	0,261
RM Curitiba	0,203	0,258	0,241	0,160	0,191
RM Porto Alegre	0,228	0,186	0,209	0,235	0,229
Ride Distrito Federal e entorno	0,262	0,250	0,236	0,251	0,253

Fonte: Ipea (2018).

Nas RMs brasileiras, entre os anos de 2011 e 2015, observa-se que grande parte mostrou um IVS acima do Brasil, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. A RM que mostrou o menor nível do índice foi Curitiba, que, em 2014, atingiu 0,160. Já os piores resultados foram encontrados em Fortaleza e no Recife, ambos atingindo 0,336 em 2015. A maioria das RMs mostrou um aumento do IVS de 2014 para 2015, com exceção das RMs de Salvador, de Belo Horizonte e de Porto Alegre.

TABELA 2
IVS dimensões nas RMs brasileiras (Pnad)

Regiões	2011			2013			2015		
	IVS-IU	IVS-CH	IVS-RT	IVS-IU	IVS-CH	IVS-RT	IVS-IU	IVS-CH	IVS-RT
Brasil	0,235	0,288	0,275	0,217	0,276	0,240	0,214	0,263	0,266
RM Belém	0,305	0,268	0,287	0,353	0,282	0,293	0,211	0,235	0,290
RM Fortaleza	0,273	0,298	0,267	0,283	0,295	0,237	0,321	0,276	0,273
RM Recife	0,272	0,279	0,317	0,423	0,271	0,278	0,388	0,278	0,343
RM Salvador	0,385	0,252	0,313	0,416	0,270	0,274	0,264	0,240	0,298
RM Belo Horizonte	0,389	0,241	0,197	0,366	0,205	0,167	0,297	0,204	0,237
RM Rio de Janeiro	0,418	0,211	0,206	0,415	0,195	0,188	0,410	0,187	0,225
RM São Paulo	0,403	0,185	0,175	0,402	0,181	0,154	0,403	0,166	0,213
RM Curitiba	0,209	0,234	0,166	0,401	0,198	0,124	0,248	0,175	0,152
RM Porto Alegre	0,257	0,261	0,167	0,256	0,228	0,143	0,296	0,201	0,189
Ride Distrito Federal e entorno	0,385	0,229	0,173	0,329	0,209	0,172	0,401	0,181	0,177

Fonte: Ipea (2018).

Obs.: IVS-IU refere-se à dimensão infraestrutura urbana do IVS; IVS-CH refere-se à dimensão capital humano do IVS; IVS-RT refere-se à dimensão renda e trabalho do IVS.

Na análise das dimensões do IVS para as RMs nos anos de 2011 a 2015, as RMs de Belém e de Belo Horizonte apresentaram a maior queda entre 2011 e 2015 para o IVS infraestrutura urbana, de aproximadamente 31% e 24%, respectivamente. Para a dimensão capital humano, as menores reduções mostraram-se nas RMs de Curitiba (25,2%) e de Porto Alegre (22,9%). A dimensão renda e trabalho mostrou, entre esses anos, uma piora nos resultados para a maioria das RMs, com exceção de Curitiba e de Salvador. Os piores resultados para essa dimensão foram das RMs de São Paulo e de Belo Horizonte, com aumentos de 21,7% e 20,3%, respectivamente.

TABELA 3
IVS nas RMs brasileiras: desagregação sexo – mulher (Pnad)

Regiões	IVS				
	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	0,267	0,255	0,246	0,243	0,257
RM Belém	0,323	0,290	0,330	0,284	0,297
RM Fortaleza	0,296	0,281	0,283	0,282	0,314
RM Recife	0,314	0,310	0,327	0,310	0,343
RM Salvador	0,312	0,330	0,329	0,285	0,293
RM Belo Horizonte	0,281	0,268	0,267	0,271	0,264
RM Rio de Janeiro	0,291	0,283	0,276	0,283	0,291
RM São Paulo	0,265	0,260	0,254	0,259	0,265
RM Curitiba	0,219	0,264	0,231	0,139	0,212
RM Porto Alegre	0,236	0,194	0,204	0,266	0,223
Ride Distrito Federal e entorno	0,246	0,257	0,279	0,269	0,263

Fonte: Ipea (2018).

No que tange à vulnerabilidade para mulheres, entre 2011 e 2015 observa-se um comportamento variado entre as RMs. Entre esses anos, a RM de Belém destaca-se com uma melhora no IVS de mulheres, com uma redução de 8% no índice. Contudo, a RM do Recife apresentou a pior evolução, com aumento no índice de 9% entre esses anos. Apesar do comportamento variado, a maioria das RMs mostrou um aumento da vulnerabilidade para mulheres de 2014 para 2015, com exceção das RMs de Belo Horizonte e de Porto Alegre e da região integrada de desenvolvimento econômico (Ride) do Distrito Federal e entorno.

TABELA 4
IVS nas RMs brasileiras: desagregação situação de domicílio – urbano (Pnad)

Regiões	IVS				
	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	0,246	0,234	0,230	0,230	0,236
RM Belém	0,283	0,263	0,304	0,272	0,242
RM Fortaleza	0,275	0,254	0,262	0,278	0,287
RM Recife	0,282	0,290	0,313	0,294	0,333
RM Salvador	0,315	0,311	0,319	0,270	0,263
RM Belo Horizonte	0,278	0,258	0,250	0,259	0,247
RM Rio de Janeiro	0,278	0,268	0,265	0,269	0,274
RM São Paulo	0,254	0,250	0,245	0,248	0,260
RM Curitiba	0,210	0,251	0,235	0,151	0,194
RM Porto Alegre	0,226	0,188	0,204	0,233	0,229
Ride Distrito Federal e entorno	0,263	0,229	0,231	0,253	0,251

Fonte: Ipea (2018).

No resultado do IVS para a população urbana, as RMs de Salvador e de Belém exibiram as maiores reduções entre 2011 e 2015, de 16,5% e 14,5%, respectivamente. Já a RM do Recife destaca-se com um aumento do IVS urbano entre esses anos de 18,1%. Com exceção das RMs de Curitiba (única que em 2015 estava com um nível *muito baixo* do IVS) e de Porto Alegre, todas as demais RMs apresentaram, em 2015, um IVS urbano maior do que a média nacional.

TABELA 5
IVS nas RMs brasileiras: desagregação cor (Pnad)

Regiões	2011		2012		2013		2014		2015	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro
Brasil	0,214	0,310	0,200	0,290	0,197	0,283	0,200	0,278	0,206	0,283
RM Belém	0,280	0,290	0,269	0,276	0,302	0,309	0,227	0,284	0,247	0,245
RM Fortaleza	0,245	0,299	0,227	0,277	0,218	0,289	0,245	0,295	0,237	0,309
RM Recife	0,246	0,313	0,268	0,315	0,293	0,335	0,278	0,300	0,294	0,355
RM Salvador	0,273	0,324	0,253	0,323	0,229	0,331	0,257	0,282	0,237	0,273
RM Belo Horizonte	0,210	0,301	0,177	0,281	0,229	0,248	0,174	0,280	0,262	0,248
RM Rio de Janeiro	0,243	0,311	0,236	0,295	0,239	0,289	0,240	0,293	0,240	0,300
RM São Paulo	0,236	0,283	0,232	0,279	0,233	0,265	0,234	0,271	0,242	0,288
RM Curitiba	0,153	0,301	0,242	0,302	0,229	0,274	0,142	0,202	0,157	0,274
RM Porto Alegre	0,213	0,282	0,168	0,245	0,225	0,192	0,217	0,287	0,197	0,290
Ride Distrito Federal e entorno	0,202	0,288	0,232	0,261	0,204	0,261	0,225	0,243	0,230	0,269

Fonte: Ipea (2018).

O IVS desagregado para brancos e negros mostra uma redução do índice entre 2011 e 2015 maior para negros em relação à dos brancos para a maioria das RMs, com exceção das RMs de Fortaleza, de São Paulo e de Porto Alegre, esta última revelando uma queda do IVS para brancos de 7,5% e um aumento de 2,8% para negros. Entre as reduções do índice para negros entre esses anos, destaca-se a RM de Belo Horizonte, com uma queda de 17,6%. Contudo, a mesma RM apresenta, entre esses anos, um aumento de 24,8% do IVS para brancos. Apesar das melhorias na vulnerabilidade da população negra, observa-se que, em 2015, com exceção da RM de Belo Horizonte e de Belém, todas as demais RMs apresentaram um IVS maior para negros do que para brancos, com as maiores diferenças entre negros e brancos nas RMs de Curitiba (0,117) e de Porto Alegre (0,093).

TABELA 6
IVS nas RMs brasileiras: desagregação sexo – mulher (Censo)

Regiões	IVS	
	2000	2010
Brasil	0,456	0,325
Ride Distrito Federal e entorno	0,450	0,328
Ride Grande Teresina	0,471	0,331
Ride Petrolina-Juazeiro	0,498	0,367
RM Baixada Santista	0,363	0,279
RM Belo Horizonte	0,427	0,312
RM Belém	0,455	0,359
RM Campinas	0,365	0,259
RM Curitiba	0,409	0,292
RM Florianópolis	0,294	0,197
RM Fortaleza	0,476	0,341
RM Goiânia	0,417	0,320
RM Grande São Luís	0,536	0,399
RM Grande Vitória	0,446	0,326
RM Maceió	0,531	0,415
RM Manaus	0,557	0,421
RM Natal	0,443	0,324
RM Porto Alegre	0,374	0,272
RM Recife	0,497	0,394
RM Rio de Janeiro	0,418	0,329
RM Salvador	0,465	0,382
RM Sorocaba	0,377	0,263
RM São Paulo	0,398	0,306
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	0,319	0,217
RM Vale do Rio Cuiabá	0,435	0,435

Fonte: Ipea (2018).

Nas desagregações do IVS para as RMs nos anos de 2000 e 2010, com base nos dados do Censo, todas as RMs denotam uma redução do IVS para mulheres entre esses anos,

com destaque para as RMs de Florianópolis (33%), do Vale do Rio Cuiabá (32,4%) e do Vale do Paraíba e Litoral Norte (32%). Já as menores reduções mostraram-se em Salvador (17,8%), no Recife (20,7%) e em Belém (21,1%). Em 2010, apenas a RM de Florianópolis apresentou um nível de *muito baixo* IVS para a população de mulheres.

TABELA 7
IVS nas RMs brasileiras: desagregação cor (Censo)

Regiões	IVS			
	2000		2010	
	Branco	Negro	Branco	Negro
Brasil	0,363	0,539	0,255	0,377
Ride Distrito Federal e entorno	0,378	0,488	0,279	0,339
Ride Grande Teresina	0,377	0,497	0,270	0,345
Ride Petrolina-Juazeiro	0,442	0,520	0,315	0,372
RM Baixada Santista	0,308	0,415	0,221	0,301
RM Belo Horizonte	0,356	0,466	0,262	0,322
RM Belém	0,394	0,475	0,303	0,359
RM Campinas	0,306	0,430	0,213	0,292
RM Curitiba	0,371	0,481	0,269	0,322
RM Florianópolis	0,273	0,390	0,187	0,245
RM Fortaleza	0,410	0,518	0,294	0,364
RM Goiânia	0,365	0,446	0,285	0,332
RM Grande São Luís	0,467	0,570	0,325	0,412
RM Grande Vitória	0,353	0,492	0,261	0,339
RM Maceió	0,461	0,568	0,348	0,419
RM Manaus	0,484	0,583	0,357	0,421
RM Natal	0,368	0,490	0,260	0,346
RM Porto Alegre	0,335	0,464	0,247	0,326
RM Recife	0,438	0,552	0,331	0,419
RM Rio de Janeiro	0,350	0,465	0,272	0,347
RM Salvador	0,368	0,487	0,296	0,377
RM Sorocaba	0,325	0,424	0,220	0,284
RM São Paulo	0,357	0,449	0,270	0,330
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	0,298	0,375	0,198	0,245
RM Vale do Rio Cuiabá	0,331	0,459	0,224	0,302

Fonte: Ipea (2018).

Para o IVS desagregado por cor, entre os anos de 2000 e 2010 todas as RMs reduziram a diferença entre brancos e negros, com destaque para as RMs da Grande Vitória e de Florianópolis. Na evolução do IVS para brancos, as maiores reduções no valor do índice mostraram-se nas RMs do Vale do Rio Cuiabá e de Sorocaba (ambas com queda de 32,3%).

Já para negros, as maiores reduções do índice foram observadas nas RMs de Florianópolis (37,2%), do Vale do Paraíba e Litoral Norte (34,7%) e do Vale do Rio Cuiabá (34,2%). A grande maioria das RMs apresentou uma redução do IVS maior para negros do que

para brancos, com exceção da Ride de Petrolina-Juazeiro e das RMs do Recife (ambas com praticamente a mesma variação para brancos e negros) e da Grande São Luís (em que a redução para brancos foi de 30,4% e para negros 27,7%).

TABELA 8
IVS nas RMs brasileiras: situação de domicílio – urbano (Censo)

Regiões	IVS	
	2000	2010
Brasil	0,418	0,298
Ride Distrito Federal e entorno	0,429	0,308
Ride Grande Teresina	0,443	0,303
Ride Petrolina-Juazeiro	0,462	0,319
RM Baixada Santista	0,353	0,259
RM Belo Horizonte	0,413	0,297
RM Belém	0,445	0,338
RM Campinas	0,339	0,242
RM Curitiba	0,374	0,271
RM Florianópolis	0,279	0,190
RM Fortaleza	0,470	0,335
RM Goiânia	0,400	0,311
RM Grande São Luís	0,515	0,369
RM Grande Vitória	0,429	0,309
RM Maceió	0,518	0,393
RM Manaus	0,527	0,387
RM Natal	0,402	0,290
RM Porto Alegre	0,354	0,263
RM Recife	0,496	0,379
RM Rio de Janeiro	0,406	0,313
RM Salvador	0,456	0,360
RM Sorocaba	0,338	0,236
RM São Paulo	0,385	0,293
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	0,305	0,205
RM Vale do Rio Cuiabá	0,406	0,274

Fonte: Ipea (2018).

O IVS para população urbana mostrou, entre 2000 e 2010, uma queda para todas as RMs estudadas, com destaques para as RMs do Vale do Paraíba e Litoral Norte (32,8%) e do Vale do Rio Cuiabá (32,5%). As menores reduções mostraram-se nas RMs de Salvador (21,1%), de Goiânia (22,3%) e do Rio de Janeiro (22,9%). Em 2010, a RM de Florianópolis era a única com um nível de *muito baixa* vulnerabilidade social, com um IVS para a população urbana de 0,190.

TABELA 9
IDHM nas RMs brasileiras (Pnad)

Regiões	IVS				
	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	0,738	0,745	0,754	0,761	0,761
RM Belém	0,736	0,737	0,741	0,742	0,735
RM Fortaleza	0,737	0,739	0,744	0,750	0,747
RM Recife	0,743	0,747	0,753	0,768	0,748
RM Salvador	0,749	0,750	0,762	0,769	0,748
RM Belo Horizonte	0,780	0,791	0,796	0,798	0,799
RM Rio de Janeiro	0,770	0,779	0,791	0,795	0,790
RM São Paulo	0,811	0,818	0,827	0,829	0,829
RM Curitiba	0,782	0,802	0,812	0,817	0,814
RM Porto Alegre	0,768	0,770	0,782	0,789	0,786
Ride Distrito Federal e entorno	0,819	0,828	0,833	0,839	0,839

Fonte: Ipea (2018).

Na observação dos resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para as RMs, o índice apresentou avanço progressivo entre 2011 e 2014 nas nove RMs apresentadas e na Ride do Distrito Federal e entorno, avanço que sofre uma inflexão entre 2014 e 2015 para a maioria das RMs apresentadas. Os maiores avanços entre 2011 e 2015 mostraram-se nas RMs de Curitiba (4,1%) e do Rio de Janeiro (2,6%). Contudo, observam-se quedas nesse índice entre esses anos nas RMs de Belém (0,14%) e de Salvador (0,13%). Em 2015 as RMs de São Paulo (0,829) e de Curitiba (0,814) e a Ride do Distrito Federal e entorno (0,839) eram as únicas que se encontravam no nível de *muito alto* desenvolvimento humano. As demais RMs encontravam-se nesse ano na faixa de *alto* desenvolvimento humano no Brasil.

INDICADORES FEDERATIVOS

1 INDICADOR: ENDIVIDAMENTO

Calcula a parcela da dívida pública consolidada (obrigações financeiras) na receita corrente líquida (somatório da arrecadação tributária menos as transferências constitucionais e legais) das esferas. Considerando a variação entre os meses de março de 2018 e dezembro de 2017, o endividamento estadual caiu em todas as regiões, exceto no Sul, e permanecendo estável no Sudeste. O resultado negativo no Sul foi devido ao Rio Grande do Sul. Na região Nordeste, os estados da Bahia, do Ceará e do Maranhão apresentaram aumento da dívida no período analisado. Na região Centro-Oeste, apenas Mato Grosso apresentou aumento da dívida, ocorrendo o mesmo com Minas Gerais e Rio de Janeiro no Sudeste. As maiores dívidas estão concentradas nos estados de Alagoas, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

TABELA 1

Endividamento = dívida pública consolidada/receita corrente líquida^{1,2}

	2017			2018	Variação março 2017/março 2018	Variação dezembro 2017/março 2018
	Março	Setembro	Dezembro	Março		
Região Norte	24,8	25,5	27,7	24,9	0,00	-0,10
Acre	62,3	61,7	70,4	64,9	0,04	-1,00
Amapá	17,8	21,4	23,7	20,4	0,15	-0,14
Amazonas	34,0	36,0	35,0	31,3	-0,08	-0,11
Pará	4,5	4,7	7,5	4,7	0,06	-0,37
Rondônia	43,9	40,9	39,9	38,8	-0,12	-0,03
Roraima	19,4	18,5	15,6	11,9	-0,39	-0,24
Tocantins	26,8	28,9	36,3	35,8	0,33	-0,02
Região Nordeste	50,1	49,1	54,3	53,4	0,07	-0,02
Alagoas	103,6	102,5	112,1	106,7	0,03	-0,05
Bahia	55,1	54,4	60,4	62,3	0,13	0,03
Ceará	42,6	42,6	45,7	51,2	0,20	0,12
Maranhão	45,0	48,1	54,4	55,9	0,24	0,03
Paraíba	32,8	32,5	37,1	31,2	-0,05	-0,16
Pernambuco	55,6	52,9	58,5	54,2	-0,03	-0,07
Piauí	38,7	41,3	45,6	43,9	0,13	-0,04
Rio Grande do Norte	4,1	6,5	9,7	6,8	0,67	-0,30
Sergipe	74,2	59,3	66,1	60,9	-0,18	-0,08

(Continua)

(Continuação)

	2017			2018	Variação março 2017/março 2018	Variação dezembro 2017/março 2018
	Março	Setembro	Dezembro	Março		
Região Centro-Oeste	58,3	56,7	57,2	56,7	-0,03	-0,01
Distrito Federal	29,1	28,3	31,1	30,8	0,06	-0,01
Goiás	93,9	91,9	87,6	86,3	-0,08	-0,01
Mato Grosso	28,3	30,3	31,5	32,4	0,15	0,03
Mato Grosso do Sul	88,9	81,8	82,7	80,4	-0,10	-0,03
Região Sudeste	190,5	189,1	193,2	193,2	0,01	0,00
Espírito Santo	25,6	19,0	19,7	17,6	-0,31	-0,11
Minas Gerais	190,6	189,7	195,9	199,0	0,04	0,02
Rio de Janeiro	256,8	262,8	280,2	282,8	0,10	0,01
São Paulo	182,3	179,6	177,3	175,3	-0,04	-0,01
Região Sul	116,7	113,6	116,2	119,6	0,02	0,03
Paraná	44,2	37,3	39,9	38,6	-0,13	-0,03
Santa Catarina	61,6	59,1	66,0	65,8	0,07	0,00
Rio Grande do Sul	222,9	226,0	226,3	235,0	0,05	0,04
Total Brasil³	120,0	118,7	123,4	123,5	0,03	0,00

Fonte: Banco Central.

Notas: ¹ Inclui informações exclusivas dos estados.

² Receita corrente líquida acumulada em doze meses. Dados estimados para cada localidade da amostra com base nos relatórios de gestão fiscal de cada ente.

³ Refere-se à soma de todas as regiões.

Obs.: (-) = Superávit, no caso de fluxos, ou posição credora, no caso de estoques.

2 INDICADOR: SERVIÇO DA DÍVIDA NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Compreende o cálculo da parcela das despesas com juros da dívida na receita corrente líquida dos entes estaduais. De maneira geral, comparando sua variação entre os meses de março de 2018 e dezembro de 2017, o indicador é decrescente em todas as escalas – estadual, regional e nacional –, excetuando os estados do Piauí, do Rio de Janeiro e do Tocantins, além do Ceará, que permaneceu estável. O Acre é o estado com a maior queda no indicador, e o Rio Grande do Norte a menor.

TABELA 2

Serviço da dívida na receita corrente líquida = serviço da dívida (juros)/receita corrente líquida^{1,2}

	2017			2018	Variação março 2017/março 2018	Variação dezembro 2017/março 2018
	Março	Setembro	Dezembro	Março		
Região Norte	2,2	1,6	1,6	1,5	-0,31	-0,07
Acre	4,9	3,7	3,8	3,6	-0,26	-1,07
Amapá	2,2	1,9	1,8	1,7	-0,22	-0,06
Amazonas	2,6	2,2	2,1	1,9	-0,28	-0,11
Pará	1,0	0,7	0,7	0,7	-0,32	-0,09
Rondônia	3,5	1,2	1,6	1,4	-0,62	-0,17
Roraima	1,6	1,0	1,0	1,0	-0,36	-0,01
Tocantins	1,8	1,7	1,7	1,8	0,01	0,03

(Continua)

(Continuação)

	2017			2018	Variação março 2017/março 2018	Variação dezembro 2017/março 2018
	Março	Setembro	Dezembro	Março		
Região Nordeste	3,5	2,7	2,7	2,5	-0,30	-0,06
Alagoas	11,6	9,1	8,6	7,5	-0,35	-0,13
Bahia	3,4	2,2	2,4	2,2	-0,33	-0,05
Ceará	3,0	2,6	2,6	2,6	-0,14	0,00
Maranhão	3,3	2,8	2,8	2,6	-0,20	-0,05
Paraíba	2,1	1,6	1,4	1,3	-0,38	-0,11
Pernambuco	3,9	2,6	2,7	2,5	-0,35	-0,07
Piauí	2,3	2,1	2,2	2,3	0,01	0,05
Rio Grande do Norte	0,4	0,3	0,4	0,4	-0,19	-0,03
Sergipe	3,3	2,7	2,7	2,5	-0,26	-0,07
Região Centro-Oeste	5,1	3,8	3,6	3,3	-0,35	-0,06
Distrito Federal	1,1	1,0	0,9	0,9	-0,22	-0,04
Goiás	9,0	7,6	6,7	6,5	-0,28	-0,04
Mato Grosso	3,3	2,0	2,1	2,0	-0,41	-0,07
Mato Grosso do Sul	8,2	4,5	4,4	3,7	-0,55	-0,16
Região Sudeste	18,5	13,2	13,3	12,3	-0,34	-0,08
Espírito Santo	3,4	1,9	1,9	1,8	-0,47	-0,08
Minas Gerais	21,1	14,9	14,7	12,6	-0,40	-0,14
Rio de Janeiro	21,7	16,5	17,9	18,7	-0,14	0,05
São Paulo	17,7	12,5	12,2	10,8	-0,39	-0,11
Região Sul	10,4	5,4	5,7	5,0	-0,52	-0,12
Paraná	4,1	3,2	2,7	2,6	-0,38	-0,07
Santa Catarina	6,4	4,7	4,7	4,3	-0,33	-0,09
Rio Grande do Sul	19,2	8,2	9,4	8,0	-0,58	-0,15
Total Brasil³	11,1	7,7	7,9	7,2	-0,35	-0,08

Fonte: Banco Central.

Obs.: (-) = Superávit, no caso de fluxos, ou posição credora, no caso de estoques.

Notas: ¹ Inclui informações exclusivas dos estados.

² Receita corrente líquida acumulada em doze meses. Dados estimados para cada localidade da amostra com base nos relatórios de gestão fiscal de cada ente.

³ Refere-se à soma de todas as regiões.

3 INDICADOR: RESULTADO PRIMÁRIO SERVINDO À DÍVIDA

É o cálculo da parcela do resultado primário (receitas menos despesas não financeiras) no serviço (juros) da dívida dos entes públicos. Valor negativo significa abatimento da dívida. Valor positivo decrescente (crescente) significa um aumento menor (maior) da dívida. Considerando a comparação entre março de 2018 e dezembro de 2017, o resultado primário não foi favorável à redução da dívida apenas na região Sul, em face do resultado negativo do Rio Grande do Sul. Outros estados com resultados negativos do indicador foram: na região Norte, Amazonas e Rondônia; no Nordeste, Alagoas, Maranhão e Paraíba; no Centro-Oeste, todos os estados, exceto Mato Grosso; e, no Sudeste, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

TABELA 3

Resultado primário servindo à dívida = resultado primário/serviço da dívida (juros)¹

	2017			2018	Variação março 2017/março 2018	Variação dezembro 2017/março 2018
	Março	Setembro	Dezembro	Março		
Região Norte	-158,6	-56,4	17,1	-71,5	-0,55	-5,19
Acre	-224,8	-236,1	-5,6	-54,5	-0,76	-0,87
Amapá	-107,2	-192,5	113,8	94,1	-1,88	-0,17
Amazonas	-182,3	-26,3	-139,5	-181,0	-0,01	0,30
Pará	-268,3	38,5	177,9	-2,4	-0,99	-1,01
Rondônia	-156,0	-458,4	-110,4	-205,5	0,32	0,86
Roraima	-76,1	361,7	-1131,5	-1050,9	12,81	-0,07
Tocantins	80,4	277,6	538,6	272,4	2,39	-0,49
Região Nordeste	-30,6	-72,8	-5,9	67,7	-3,21	-12,53
Alagoas	-24,6	-47,1	-46,8	-86,3	2,51	0,84
Bahia	131,6	173,2	228,0	222,5	0,69	-0,02
Ceará	-169,9	-203,8	-188,7	187,8	-2,11	-2,00
Maranhão	-97,2	-135,6	37,5	184,0	-2,89	3,91
Paraíba	-286,3	-271,7	-79,8	-159,7	-0,44	1,00
Pernambuco	-96,9	-153,4	-129,0	-126,6	0,31	-0,02
Piauí	209,3	-33,4	130,9	113,6	-0,46	-0,13
Rio Grande do Norte	-331,7	254,8	889,3	686,9	-3,07	-0,23
Sergipe	17,2	-268,3	-237,6	9,4	-0,45	-1,04
Região Centro-Oeste	-11,7	-7,2	9,4	-13,7	0,17	-2,45
Distrito Federal	81,3	138,7	389,8	394,1	3,85	0,01
Goiás	-6,6	2,7	-19,1	-91,2	12,76	3,76
Mato Grosso	-82,3	-30,2	-50,1	154,2	-2,87	-4,08
Mato Grosso do Sul	-12,4	-97,4	-26,1	-47,5	2,83	0,82
Região Sudeste	0,5	-13,0	-26,3	-11,2	-24,88	-0,57
Espírito Santo	96,8	-351,2	-275,5	-381,0	-4,93	0,38
Minas Gerais	22,3	22,6	-20,3	-1,5	-1,07	-0,93
Rio de Janeiro	1,5	37,3	19,8	32,3	20,53	0,63
São Paulo	-8,7	-46,3	-48,0	-35,5	3,06	-0,26
Região Sul	-20,6	-1,1	48,3	80,9	-4,93	0,67
Paraná	-172,5	-93,1	69,0	51,9	-1,30	-0,25
Santa Catarina	4,3	5,3	133,1	80,7	17,93	-0,39
Rio Grande do Sul	7,6	33,8	16,3	90,4	10,84	4,53
Total Brasil²	-8,2	-16,6	-14,0	2,7	-1,33	-1,19

Fonte: Banco Central.

Notas: ¹ Inclui informações exclusivas dos estados.² Refere-se à soma de todas as regiões.

Obs.: (-) = Superávit, no caso de fluxos, ou posição credora, no caso de estoques.

4 INDICADOR: ÍNDICE DE VULNERABILIDADE FISCAL (IVF)

Índice ponderado dos indicadores de endividamento (dívida pública consolidada sobre receita corrente líquida), com peso 5, de serviço da dívida (juros sobre receita corrente líquida), com peso 3, e de resultado primário servindo à dívida (resultado primário sobre juros), com peso 2. Esse índice é uma adaptação resumida da metodologia criada pelo Ministério da Fazenda (MF) para a análise da capacidade de pagamento e de contrapartida para a concessão de aval e garantia a estado, Distrito Federal e município (Portaria nº 306, de 10 de setembro de 2012).

Na ponderação dos três indicadores anteriores, o IVF, em termos gerais, apresentou decréscimo apenas nas regiões Centro-Oeste e, especialmente, na Norte, no período entre março de 2018 e dezembro de 2017. Os estados que tiveram o maior crescimento na vulnerabilidade fiscal foram: Amazonas, Distrito Federal (um pouco), Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo (um pouco), Rio Grande do Sul e, especialmente, Rondônia. Os estados com a maior redução na vulnerabilidade foram: Ceará e, particularmente, Paraíba.

TABELA 4
IVF¹

	2017			2018	Variação março 2017/março 2018	Variação dezembro 2017/março 2018
	Março	Setembro	Dezembro	Março		
Região Norte	-18,7	2,0	17,7	-1,4	-0,92	-1,08
Acre	-12,4	-15,2	35,2	22,6	-2,83	-1,08
Amapá	-11,9	-27,2	35,1	29,5	-3,48	-0,16
Amazonas	-18,7	13,4	-9,8	-20,0	0,07	1,05
Pará	-51,1	10,2	39,5	2,1	-1,04	-0,95
Rondônia	-8,2	-70,8	-1,6	-21,3	1,61	12,03
Roraima	-5,0	81,9	-218,2	-203,9	39,54	-0,07
Tocantins	30,0	70,5	126,4	72,9	1,43	-0,42
Região Nordeste	20,0	10,8	26,7	41,0	1,05	0,53
Alagoas	50,3	44,6	49,2	38,3	-0,24	-0,22
Bahia	54,9	62,5	76,5	76,3	0,39	0,00
Ceará	-11,8	-18,7	-14,1	63,9	-6,42	-5,53
Maranhão	4,0	-2,2	35,5	65,6	15,27	0,85
Paraíba	-40,2	-37,6	3,0	-16,0	-0,60	-6,31
Pernambuco	9,6	-3,4	4,2	2,5	-0,74	-0,40
Piauí	61,9	14,6	49,6	45,3	-0,27	-0,09
Rio Grande do Norte	-64,2	54,3	182,8	140,9	-3,20	-0,23
Sergipe	41,5	-23,2	-13,7	33,1	-0,20	-3,42
Região Centro-Oeste	28,4	28,1	31,6	26,6	-0,06	-0,16
Distrito Federal	31,2	42,2	93,8	94,5	2,03	0,01
Goiás	48,3	48,8	42,0	26,9	-0,44	-0,36
Mato Grosso	-1,3	9,7	6,3	47,6	-36,99	6,51
Mato Grosso do Sul	44,4	22,8	37,5	31,8	-0,28	-0,15
Região Sudeste	100,9	95,9	95,3	98,0	-0,03	0,03
Espírito Santo	33,2	-60,1	-44,6	-66,9	-3,01	0,50
Minas Gerais	106,1	103,8	98,3	103,0	-0,03	0,05
Rio de Janeiro	135,2	143,8	149,4	153,5	0,13	0,03
São Paulo	94,7	84,3	82,7	83,8	-0,12	0,01
Região Sul	57,4	58,2	69,5	77,5	0,35	0,11
Paraná	-11,2	1,0	34,6	30,4	-3,72	-0,12
Santa Catarina	33,6	32,0	61,0	50,4	0,50	-0,17
Rio Grande do Sul	118,7	122,2	119,3	138,0	0,16	0,16
Total Brasil²	61,7	58,3	61,3	64,5	0,05	0,05

Fonte: Banco Central.

Notas: ¹ Inclui informações exclusivas dos estados.

² Refere-se à soma de todas as regiões.

Obs.: IVF (situação fiscal): <10 = ótima; >10<20 = muito boa; >20<40 = boa; >40<60 = neutra; >60<80 = fraca; >80<100 = muito fraca; >100 = crítica.

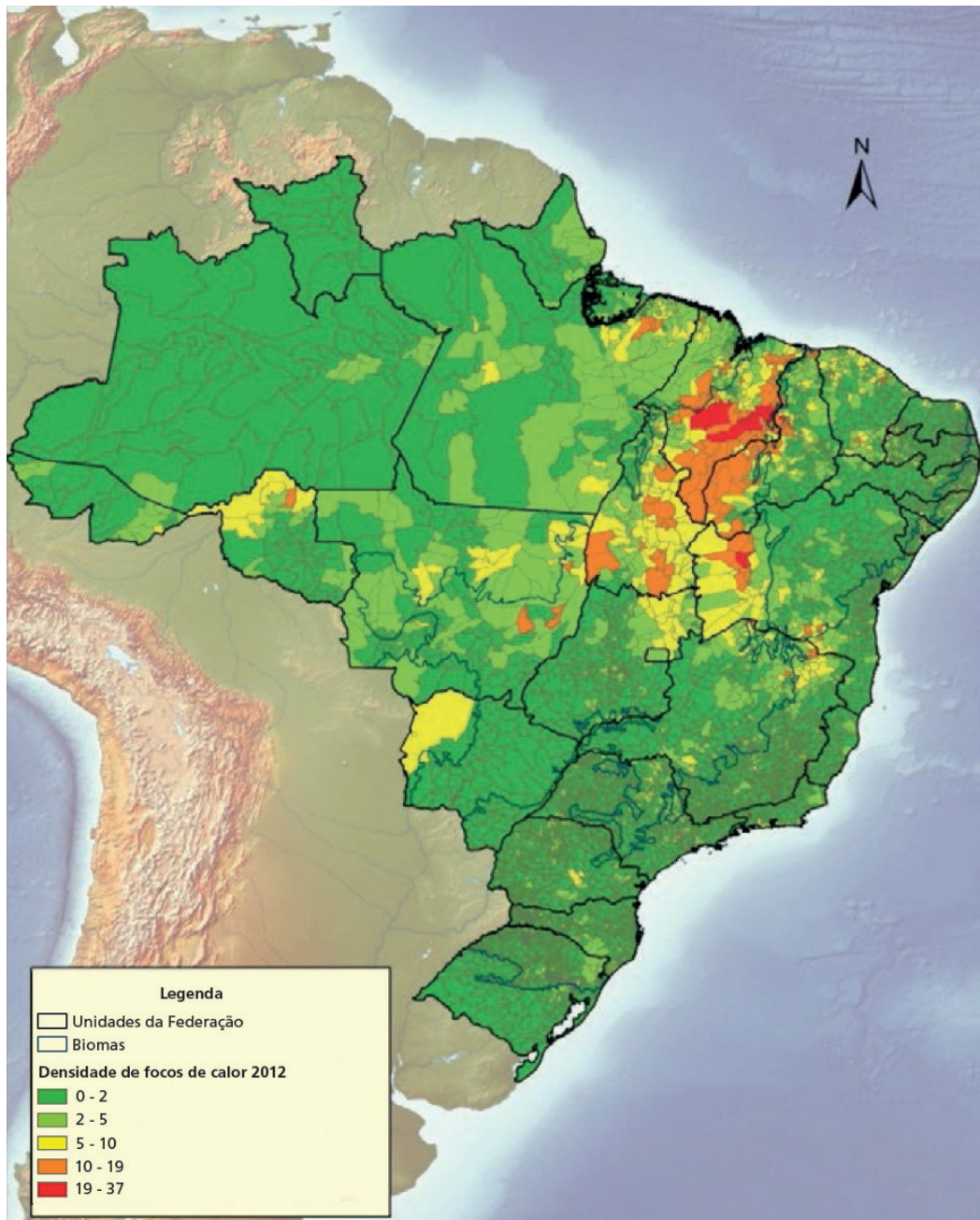
INDICADOR AMBIENTAL

DENSIDADE DE FOCOS DE CALOR POR MUNICÍPIO (NÚMERO/HECTARE)

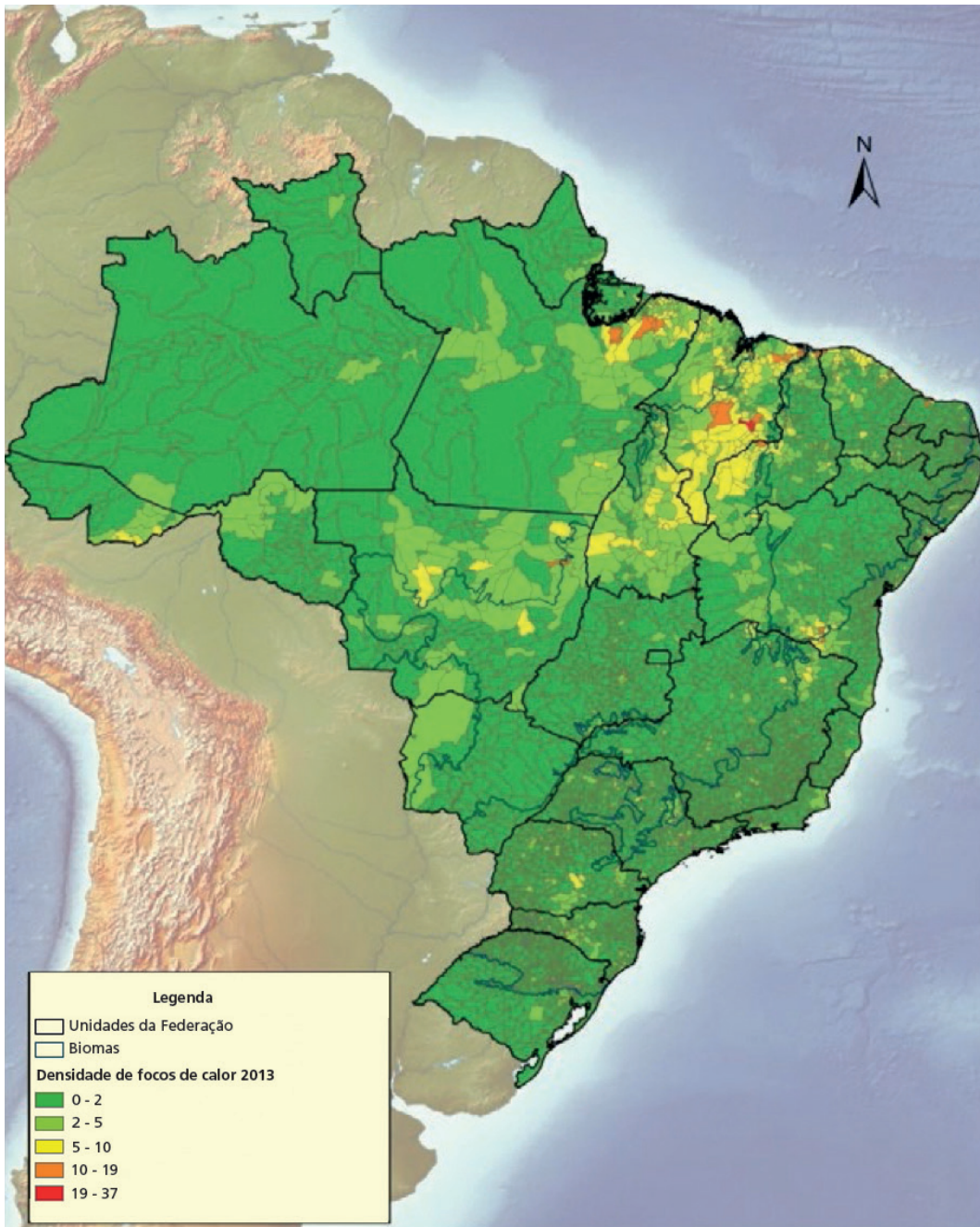
O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) gera rotineiramente o número de focos de calor, em diferentes níveis de espacialização, para todo o país. Diversos sensores são utilizados em tal tarefa. O indicador adotado por este *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* utiliza os registros de focos de calor do satélite Aqua (sensor Modis – *moderate resolution imaging spectroradiometer*), que corresponde ao satélite de referência adotado pelo Inpe, ou seja, aquele que é utilizado para comparações temporais no trabalho de monitoramento realizado pela instituição. De maneira específica, os dados correspondem às informações geradas no período da manhã (passagem das 4h00 GMT) e da tarde (passagem das 17h00 GMT), e que são apresentados na base de dados do Inpe como Aqua M-T. Para mais detalhes, ver: <<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>>.

O mapa 1 apresenta as densidades municipais no período de 2012 a 2017. O ano de 2017 foi o que registrou o maior número de queimadas desde 1999, quando teve início o trabalho de monitoramento realizado pelo Inpe. Assim, após a redução observada no período anterior, entre 2016 e 2017 houve um aumento de 44,6% no número de focos de calor registrado no país, o que se reflete em um incremento generalizado da densidade de focos por município (mapa 1F). Como nos anos anteriores, maiores densidades de focos de calor aparecem em municípios localizados no centro e no sul do Maranhão, no Tocantins, no oeste do Piauí e na Bahia. As áreas constituídas por estes estados, conhecida como Matopiba, correspondem à última fronteira agrícola dos Cerrados brasileiros, e têm sido alvo de forte expansão do agronegócio, em particular da cultura da soja. Também como nos últimos anos, destacam-se o norte de Rondônia, o noroeste de Mato Grosso, os municípios adjacentes do sul do Amazonas e as áreas contíguas do Acre. Ainda na região Norte, chama a atenção o incremento nas densidades em praticamente todo o estado do Pará, em particular os municípios de São Félix do Xingu e Altamira, na área centro-sul do estado. Como se tratam de dois dos maiores municípios brasileiros (quinto e primeiro em extensão territorial, respectivamente), isto é uma indicação do grande número de focos de calor registrados em 2017. Finalmente, registra-se, como em 2016, a persistência de elevadas densidades de focos de calor no município de Corumbá, na região pantaneira de Mato Grosso do Sul; nas regiões centrais do Paraná; e em municípios na região do alto rio Pelotas, na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

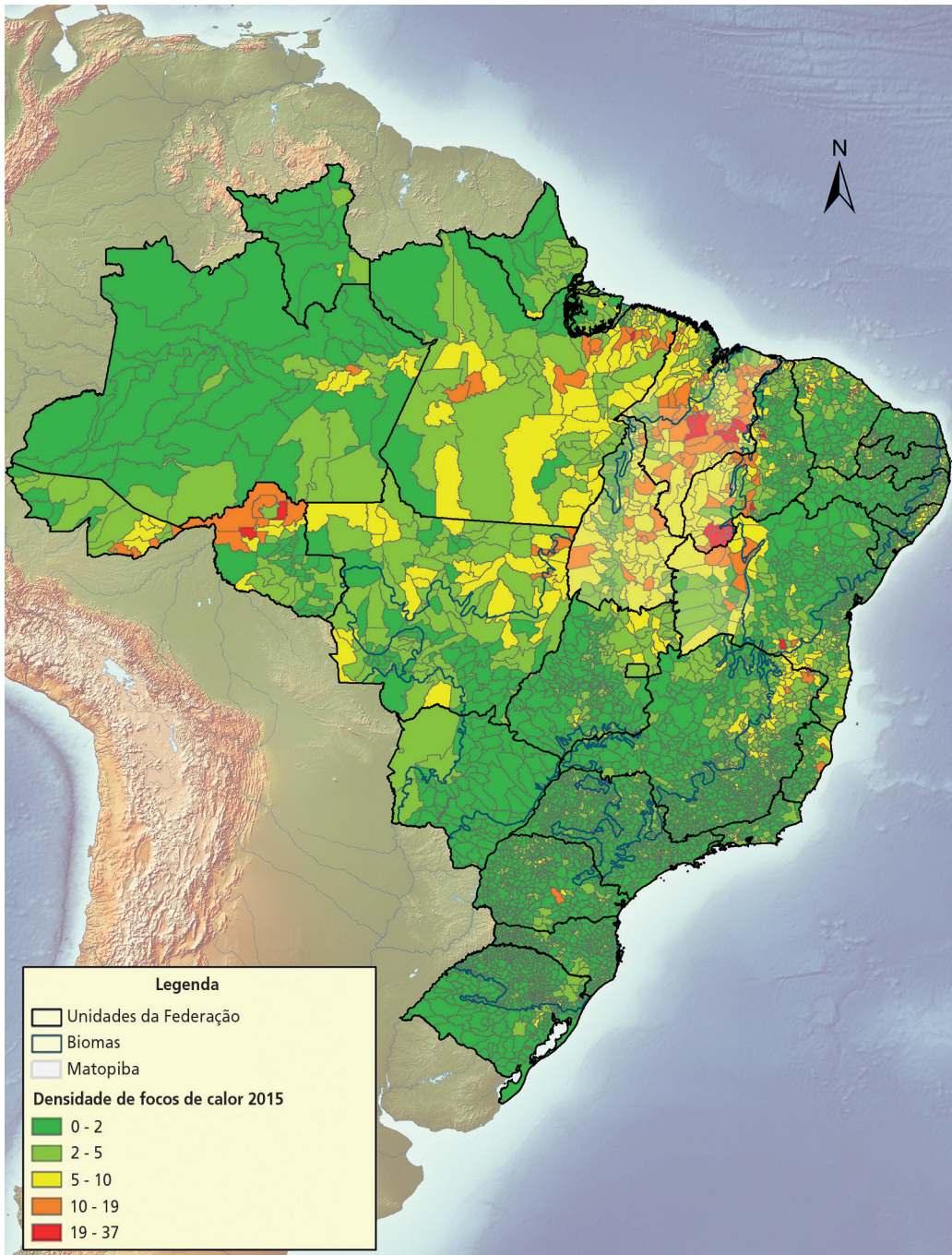
MAPA 1
Densidades municipais de foco de calor – 2012 a 2017
1A - 2012

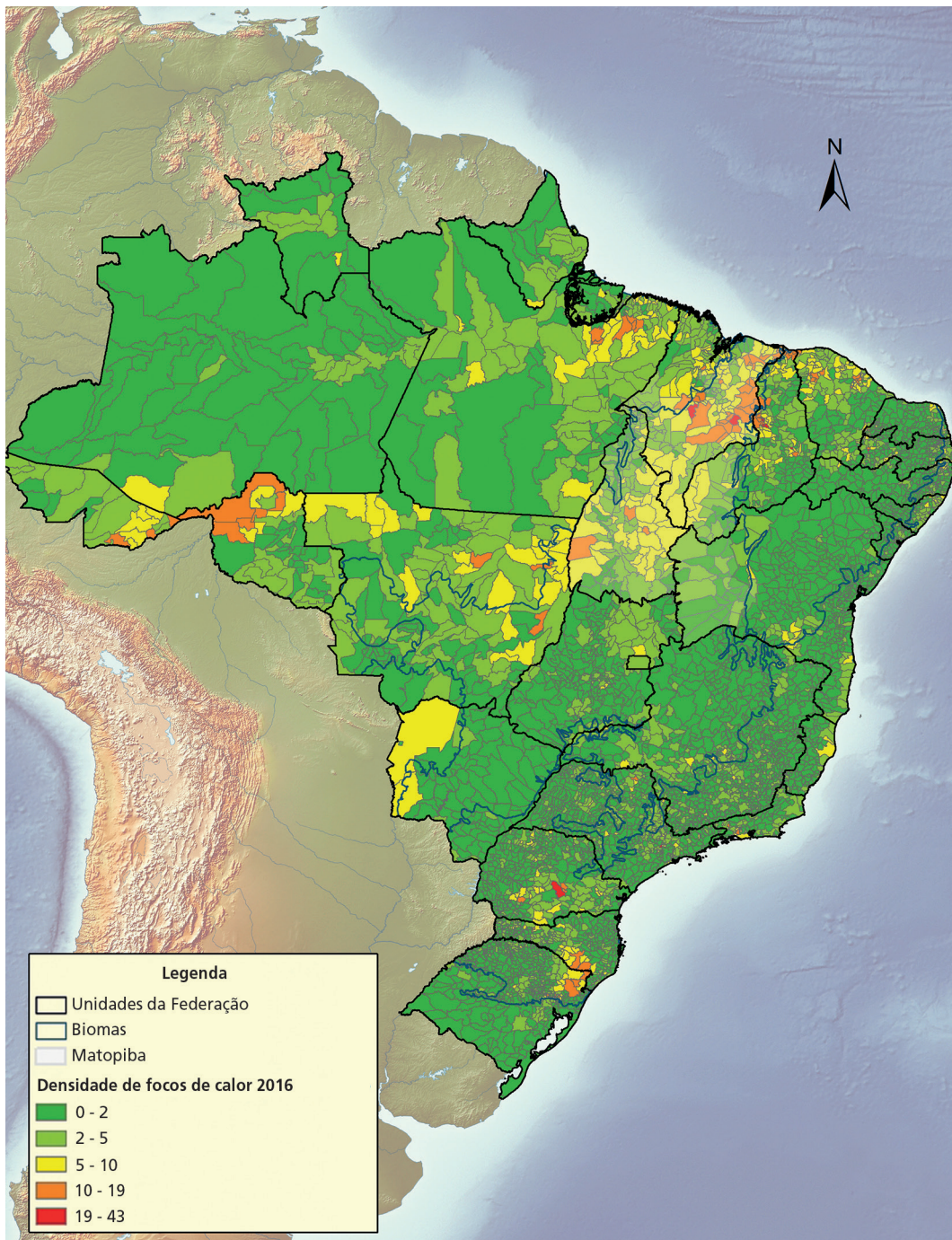


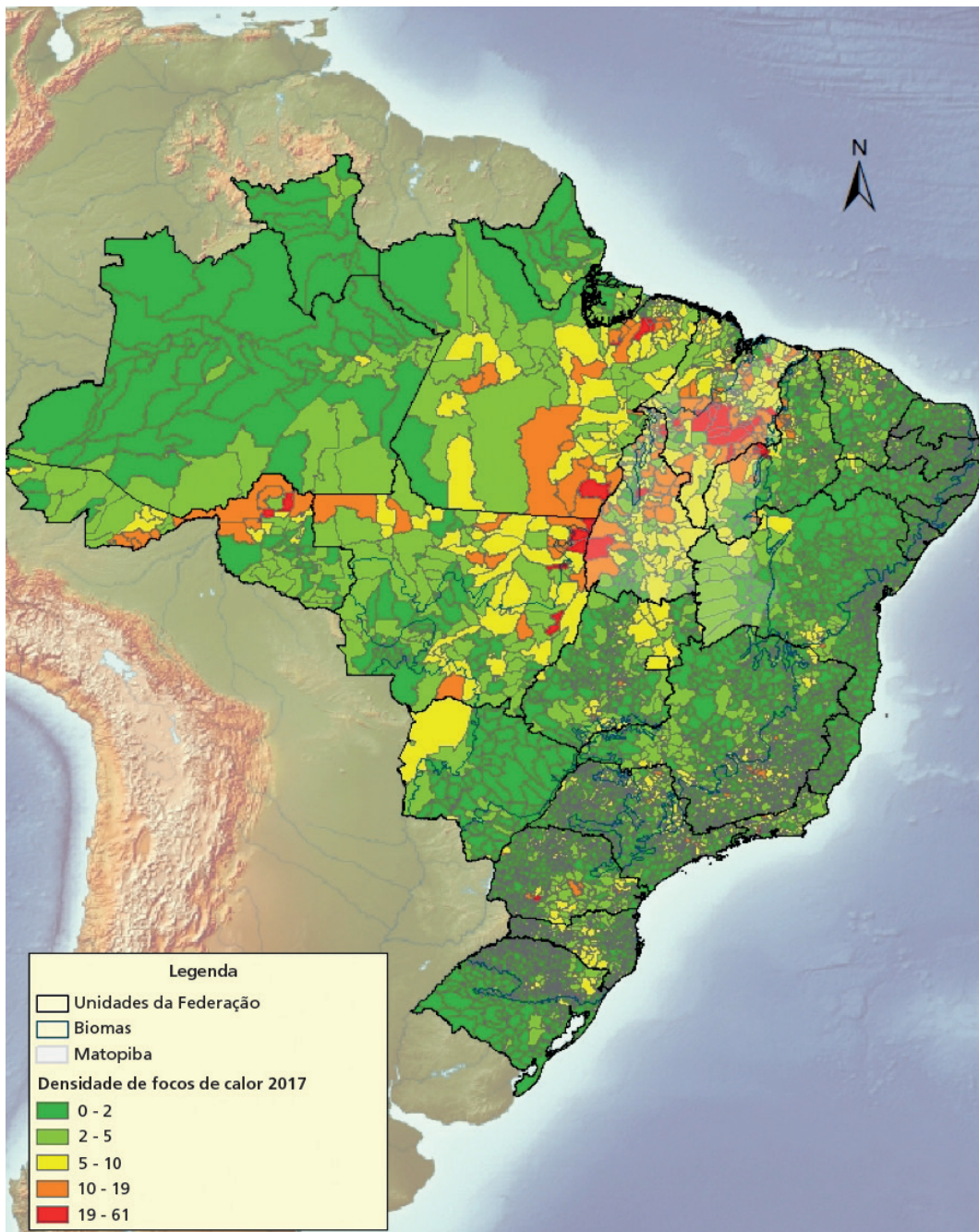
Fonte: Inpe.











Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Ipea

Revisão e editoração

Editorar Multimídia

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

